

# **RADIOJORNALISMO PÚBLICO: reflexões sobre aspectos tensionadores do serviço à luz do método compreensivo**

## **PUBLIC RADIOJOURNALISM: reflections on tensioning aspects of service in the light of the comprehensive method**

Elton Bruno PINHEIRO<sup>1</sup>  
Universidade de Brasília | Brasil

### **Resumo**

O presente artigo tem como objeto de estudo a reflexão analítica sobre os aspectos históricos, sociopolíticos e culturais que tensionam o radiojornalismo público brasileiro na contemporaneidade. Para tanto, metodologicamente, faz uso do método compreensivo weberiano. Como eixos de articulação teórica elege o conceito, os princípios, objetivos e missão da Radiodifusão Pública presente em dispositivos legais como a Constituição Federal brasileira, a Lei nº 11.652, assim as diretrizes da Unesco para o serviço. Além disso, o estudo fundamenta-se na própria trajetória do SRP brasileiro e nas orientações que emissoras públicas do país encontram no manual de jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Como resultado, aponta-se que são as próprias condições de origem do Serviço de Radiodifusão Pública do país os aspectos que mais tensionam e comprometem as práticas hodiernas do radiojornalismo público brasileiro.

### **Palavras-chave**

Radiojornalismo Público. Radiodifusão Pública. Comunicação Pública. Rádio no Brasil. Método Compreensivo.

### **Abstract**

The present article has as object of study the analytical reflection on the historical, socio-political and cultural aspects that tension Brazilian public radiojournalism in contemporary times. For this, methodologically, it makes use of the comprehensive Weberian method. As axes of theoretical articulation, it chooses the concept, principles, objectives and mission of Public Broadcasting present in legal provisions such as the Brazilian Federal Constitution, Law 11.652, as well as Unesco guidelines for the service. In addition, the study is based on the Brazilian SRP's own trajectory and on the guidelines that public broadcasters in the country find in the journalism manual of Empresa Brasil de Comunicação (EBC). As a result, it is pointed out that the conditions of origin of the country's Public Radio Broadcasting Service are the aspects that most tension and compromise the practice of Brazilian public radio journalism.

### **Keywords**

Public Radiojournalism. Public Broadcasting. Public Communication. Radio in Brazil. Comprehensive Method.

**RECEBIDO EM 30 DE ABRIL DE 2020**  
**ACEITO EM 11 DE JUNHO DE 2020**

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – UnB. Doutor em Comunicação e Sociedade pela UnB. Membro dos Grupos de Pesquisa Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina (CNPq/UnB) e Acesso Livre (CNPq/UnB). Líder do Núcleo de Estudos e Produção Digital em Linguagem Sonora (NEPLIS), vinculado ao Laboratório de Áudio da FAC/UnB. Contato: eltonbruno@unb.br.

## Introdução

**A**o buscar compreender e elucidar aspectos que tensionam o Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro – e, consequentemente, os desafios impostos ao radiojornalismo público –, bem como apontar caminhos que podem contribuir para a superação destes, o presente estudo, levou em consideração, sobretudo, o fato de que “as forças do passado” (FIDLER, 1997) que incidem sobre o referido serviço – e, neste caso, considera-se que estas forças estão atreladas às condições de origem do SRP brasileiro –, muito além de tensiona-lo em seu presente, conformam aspectos do seu futuro, ou seja, constituem-se, consideravelmente, como óbices tanto para a sua atuação quanto para a sua necessária (re)configuração.

Assim, a “hipótese de trabalho” (BRAGA, 2005) que norteou esse estudo foi a de que o Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro enfrenta dificuldades para legitimar-se socialmente como tal por razões que vão além dos impactos da crise política acentuada no país após *impeachment* da ex-presidenta, Dilma Rousseff, em 2016. Desse modo, em diálogo com o método compreensivo weberiano, observa-se que todo o SRP do país (o que inclui as programações radiojornalísticas) tem sido, ao longo dos anos, impactado por razões históricas, marcadas fortemente pela “ação social” humana (“comportamento humano”) que, por sua vez, repercute nos modos de administrar a coisa pública. (WEBER, 2014; 2012; 2005). São os indícios desse tipo de ação social o foco do estudo.

Todavia, chamar aqui a atenção para a questão do radiojornalismo público como, em alguma medida, prática desafiadora no contexto do SRP brasileiro não implica em obliterar a função que este deve exercer na contribuição para o exercício da cidadania e a consolidação da democracia no país (CARDOSO, 2007), mas, sobretudo, sublinhar que o jornalismo, em si, permanece como o “ponto crítico” (BUCCI, 2015) e alvo direto de ataques

de governos vigentes que buscam interferir na necessária autonomia das emissoras públicas, sejam elas de rádio ou de TV.

Ademais, a percepção sobre a importância das emissoras públicas e do jornalismo desenvolvido por elas é, de fato, necessária no caso brasileiro onde até mesmo as emissoras comerciais têm sofrido com as injunções e ameaças de governos vigentes em relação às suas concessões públicas, sobretudo quando não agradam “autoridades” do Poder Executivo, como o então presidente, Jair Messias Bolsonaro, o qual, repetidamente, ameaça, por exemplo, retirar a concessão da Rede Globo pelo fato de a emissora, atualmente, reportar muitos dos seus atos anticonstitucionais.<sup>2</sup>

Entre diversos pontos críticos que podem ser tensionados historicamente no âmbito do Serviço de Radiodifusão Sonora Pública brasileiro, o jornalismo, sem dúvidas, aparece como um dos mais complexos. Eugenio Bucci (2015, p. 108), por exemplo, ao mencionar o caso da Fundação Padre Anchieta, responsável pelas Rádios Cultura Brasil, Cultura FM e pela TV Cultura, relembra que foi como chefe de jornalismo da casa que o jornalista Vladimir Herzog foi preso, torturado e assassinado nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo, em 25 de outubro de 1975. “ Na opinião de Bucci, “o jornalismo é quem machuca o poder” e constitui-se como “o melhor termômetro da independência”.

Em diálogo com o que defende a Unesco (2001) e com o que pontua o referido pesquisador brasileiro, corrobora-se a ideia de que a perceptível limitação da programação das emissoras públicas ao viés educativo ou de entretenimento, sobretudo no caso das rádios, isto é, as lacunas e ameaças às práticas jornalísticas, é prejudicial ao caráter público do serviço e compromete a observação do princípio da independência. Para esse estudo

---

<sup>2</sup> Em 30 de abril de 2020, o Jornal “Folha de S. Paulo” publicou matéria sobre as ameaças de Jair Bolsonaro à TV Globo: “Bolsonaro volta a colocar em dúvida renovação da concessão da TV Globo. Presidente afirmou que houve ‘deturpação por parte da Globo’ e chamou a rede de televisão de ‘lixo’”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-volta-a-colocar-em-duvida-renovacao-da-concessao-da-tv-globo.shtml>. Acesso em 30 abr. 2020>.

Elton Bruno **PINHEIRO**

importa, então, compreender quais as razões disso sob a ótica da “ação social” (WEBER, *idem*).

A Unesco (2001, p. 14) assinala como uma emissora pública se descaracteriza frente à falta de independência: “se a informação difundida pelo serviço público se vê associada às vontades do poder, as pessoas não acreditarão mais nela. Se se concebe conforme os imperativos comerciais, as pessoas não compreenderão por que se pede para que o financie (...)”

Assim, reportar a informação com o compromisso com “a busca da verdade, da precisão e da clareza, o respeito aos fatos, aos direitos humanos e à diversidade de opiniões” (EBC, 2013) e de forma aliada aos princípios da “universalidade, diversidade, independência e à diferenciação” (UNESCO, 2001) representa um desafio ao radiojornalismo público brasileiro – e a todo SRP do país – o qual esse texto, à luz da “metodologia compreensiva” (WEBER, *idem*), visa elucidar e contribuir para superar.

## **Contextualização: um objeto em movimento, sob tensão e em cenário de liquidez**

O Serviço de Radiodifusão Pública – sua missão, mandato, princípios e objetivos (UNESCO, 2001) (BRASIL, 2008) (BRASIL, 1988) – passou a ter a sua existência ainda mais tensionada no Brasil diante do instável cenário político (partidário) observado no país na segunda metade da década de 2010. Essa pesquisa, portanto, sem se distanciar de aspectos históricos e político-regulatórios que condicionam tal Serviço, isto é, sem perder de vista as peculiaridades do processo de conformação do SRP no Brasil aborda o seu tema a partir da perspectiva histórico-social compreensiva, tendo o pensamento weberiano (WEBER, 1995; 2012; 2014) a respeito da “ação social” e da “dominação” como eixo a partir do qual se articularam e foram tensionados outros posicionamentos teóricos.

E por que a radiodifusão como objeto? Os meios que integram esse tipo de serviço – rádio e televisão – seguem, especialmente no Brasil, presentes no cotidiano de uma camada expressiva da população, principalmente como fonte de informação (BRASIL, 2016; 2015). O rádio, de modo muito particular, é apontado nas últimas edições da Pesquisa Brasileira de Mídia como o segundo meio de comunicação mais utilizado pelos brasileiros e pelas brasileiras e os hábitos das(os) cidadãs(ãos) em relação à *internet*, por sua vez, também só aumentam. Já em 2015, “praticamente metade dos brasileiros usavam a *internet*” (BRASIL, *idem*).

O recorte desse estudo no segmento do radiojornalismo do Serviço de Radiodifusão Pública se justifica, entre outros motivos, porque se considera a importância do mesmo para garantia da diversidade, do pluralismo, da independência editorial, da diferenciação dos conteúdos. Trata-se de Serviço diretamente relacionado à missão que tem a mídia pública em fazer as coisas de modo diferente (UNESCO, 2001), mas não apenas de modo complementar, como sugere a Constituição Federal (BRASIL, 1988), e sim de maneira ligada ao comprometimento com aspectos fundamentais da cidadania e da democracia.

Estudar a Radiodifusão Pública, nesse sentido, é contribuir para o fortalecimento de ideais democráticos. Ademais, esse estudo parte da premissa de que o SRP precisa ser fortalecido com Políticas Públicas, as quais precisam ser estabelecidas de maneira processual (SARAVIA, 2006) (SUBIRATS, 1994), mas que não dependem apenas da formulação de grandes Leis, ou de mudanças totais naquelas já estabelecidas, mas também do subsídio de reflexões teórico-empíricas que não menosprezem a abordagem compreensiva das próprias condições – normativo-legais, socioculturais, político-econômica – de origem do Serviço.

As rádios públicas ganham relevo nesse trabalho por vários motivos: a comunicação realizada no contexto de muitas rádios públicas do país –

Elton Bruno **PINHEIRO**

como é o caso de da Nacional do Alto Solimões e Nacional da Amazônia, por exemplo, – alcança cidadãos de regiões do país onde outros meios da radiodifusão comercial e estatal não atuam, e ali desempenham papel imprescindível. Ademais, a percepção de que estas ainda são pouco estudadas academicamente foi comprovada em exercício de levantamento do “estado do conhecimento” (FERREIRA, 2002) empreendido pelo autor desse estudo, o qual constatou que, no âmbito do SRP, predominam os estudos sobre TV pública; estimular o debate científico e público sobre esses dois aspectos motivaram ainda mais a realização da pesquisa que originou o presente artigo.

Nessa direção, essa pesquisa se encaminhou pelo menos com uma certeza: a de que as dúvidas impulsionariam o processo de investigação e o tornaria mais dinâmico e compreensivo. Como afirma Braga (2005, p. 288), esta é uma atitude importante que deve caminhar ao lado do pesquisador “desde a busca das teorias e conceitos relevantes até a observação da realidade (coleta de dados), o tratamento desses dados e as conclusões ou inferências”. Foram, portanto, as dúvidas e inquietudes a respeito do presente e do futuro do SRP brasileiro, mais especificamente de suas rádios em suas atividades jornalísticas, e a ponderação compreensiva de que estas, em sua atuação, podem contribuir para uma sociedade mais democrática, aquilo que, fundamentalmente, moveram esta pesquisa, a qual, apresentada de forma mais delimitada, moveu-se tendo como cenário ou pano de fundo condicionantes complexas, as quais conformam e tensionam o próprio desenvolvimento das práxis jornalística das rádios públicas do Brasil, a saber:

- a) **A herança histórico-social, político-regulatória e sociocultural brasileira.** Os seja, as nossas “raízes”, de modo particular, os efeitos da “cordialidade” (HOLANDA, 2014) na gramática política e social brasileira e a conseqüente permanência/atualidade de práticas como o

“patrimonialismo” (WEBER, 1995; 2014; 2012) – as instrumentalizações, aparelhamentos, criação de mecanismos de controle da estrutura pública, a falta de impessoalidade para com a coisa pública, o personalismo político (apadrinhamentos, conchavos...), o paternalismo, o nepotismo – e ainda a (des)construção do sentido de “burocracia” como forma de organização do estado moderno (WEBER, *idem*);

b) **A própria “formação e o sentido do Brasil”** (RIBEIRO, 2015) e aquilo que, em alguma medida, faz com que o Brasil seja “Brasil” – a própria dificuldade que o brasileiro ainda tem de assumir a sua “identidade” (DA MATTA, 1984) como cidadão e enxergar a Radiodifusão Pública como um direito e um dever constitucional. (BRASIL, 1988) (BRASIL, 1967) (BRASIL, 2008);

c) **As condições de origem das rádios que hoje integram o SRP brasileiro**, tensionadas pela influência do sistema não-comercial, depois oficialmente denominado como sistema educativo de rádio (por conta do seu modelo de concessão e de aspectos como as características da programação, forma de gestão, cultura organizacional e financiamento), que, ao invés de acercar-se efetivamente da sociedade e aproximá-la da sua práxis comunicacional, a fez, sobretudo os cidadãos mais comuns, com menos escolaridade e de renda baixa, durante a sua fase inicial (1922-1932), em considerável medida, repelirem a sua atuação, por exemplo, pelo demasiado elitismo e erudição dos conteúdos das programações veiculadas, com intenções desenvolvimentistas (relacionadas à economia, a propagação de ideologias, à diminuição das taxas de analfabetismo etc.), realidade também presente no amplo contexto latino-americano da época. (MOREIRA, 1991; 2003) (ABREU, 2004);

- d) **A histórica “relação contígua entre as empresas de comunicação e os agentes políticos”** (BIANCO; ESCH, 2010, p. 03) no Brasil, e o consequente predomínio do sistema comercial de radiodifusão no país, o que denota uma considerável fragilidade no denominado sistema educativo de radiodifusão e, conseqüentemente, no Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro, uma vez que falta a estes últimos, por exemplo, a necessária autonomia em sua atuação, colocada em xeque exatamente pelos proselitismos político-partidários observados, sobretudo, no sistema de concessão e renovação de suas outorgas, o qual “depende da aprovação do Congresso Nacional” e acontece “sem fiscalização de um órgão de regulação independente” (ESCH; BIANCO, 2012, p. 06);
- e) **Os antigos impasses e a atual crise do complexo cenário político brasileiro.** De modo mais específico, menciona-se aqui as mudanças antidemocráticas ocasionadas pela Medida Provisória (MP) nº 744, de 1º de setembro de 2016 que, convertida na Lei nº 13.417, de 01 de março de 2017, alterou a Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008, a qual estabelece os princípios e objetivos do Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro. A referida Lei de 2017, adotada pós-processo de *impeachment* da Presidenta da República, Dilma Rousseff, e conseqüente posse de Michel Temer, modificou o modelo de gestão dos canais de comunicação de rádio e TV que estão sob a superintendência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), sobretudo a partir da extinção do Conselho Curador – órgão de natureza consultiva e deliberativa que representava um passo importante no que se refere à participação da sociedade na gestão de tal esfera da radiodifusão pública;
- f) **O papel, a importância e a necessidade da atuação do Serviço de Radiodifusão Pública em um país como Brasil, país de**



**democracia não consolidada**, como um sistema comunicacional complementar e diferenciado do privado-comercial – o qual, sobretudo pelos níveis de aproximação/relacionamento/interação que seus meios de comunicação devem promover junto aos cidadãos, precisam agregar valor e significado junto à sociedade –; e também complementar e diferenciado do sistema estatal – que segue atuando prioritariamente como mero reverberador de ações político-governamentais, buscando impor a sua lógica partidária e o mero viés institucional/estatal aos meios de natureza pública. Evidência disso são as ações da Gestão do Poder Executivo Federal, empossado em janeiro de 2019, o qual vem buscando descaracterizar o Serviço de Radiodifusão Pública do país, cortando verbas do mesmo e propondo reformas<sup>3</sup> no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), as quais giram em torno da equivocada fusão emissoras – de rádio e de TV públicas com estatais, na contramão do rege Artigo nº 223 da Constituição Federal sobre a complementaridade ente os sistemas (pública, comercial e estatal) – e até mesmo de alugar parte das instalações da sua sede, em Brasília.

- g) **A compreensão sobre a relevância do cumprimento, de modo contextual à realidade do país, dos princípios, mandato e missão da Radiodifusão Pública, abalizados pela UNESCO (2001);**
- h) **O modo equivocado como muitas emissoras públicas brasileiras atuam – ao lado da comunicação estatal –, como são apresentadas pela mídia comercial e até mesmo o modo como se auto representam na própria mídia pública**, muitas vezes sem evidenciar com clareza o seu papel e missão pública para a sociedade;

<sup>3</sup> Matéria publicada pela Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/governo-preve-cortar-r-130-mi-com-reforma-de-estatal-de-comunicacao.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Elton Bruno **PINHEIRO**

- i) **Um olhar, não comparativo, mas compreensivo e contextual para cenário internacional do SRP, sobretudo da Europa**, onde se observam significativos esforços, sobretudo por meio de dispositivos legais – como Resolução do Parlamento Europeu (2010/2028 – INI), de 25 de Novembro de 2010, a qual assinala “a necessidade de manter um serviço público de radiodifusão independente, forte e vibrante, adaptando-o simultaneamente às exigências da era digital, e insistir em que sejam adotadas medidas concretas para atingir esse objetivo”. (PARLAMENTO EUROPEU, 2010, p. 04).
- j) **As características que o ambiente mediático digital possui e disponibiliza aos meios de comunicação social, de modo particular para aqueles que integram o SRP brasileiro**. As potencialidades das tecnologias contemporâneas são, indubitavelmente, promissoras ao SRP, a ponto de este estudo entender e defender que a ausência ou apenas a presença, e não uma atuação efetiva e democrática, das suas rádios em tal contexto se constitui como uma ameaça à legitimidade e a sustentabilidade destas. Todavia, o hodierno paradigma midiático-tecnológico – de digitalização, convergência, conexão – não é abordado aqui de maneira desatrelada das múltiplas dimensões que o conforma, portanto, importou a essa pesquisa, a partir da abordagem histórico-social compreensiva (WEBER, 1995; 2014; 2012), o cenário político-regulatório, cultural e econômico em que se dá a dinâmica de atuação do SRP.

### **Sobre as condições de origem do SRP brasileiro**

Ainda no vasto contexto em que se insere o objeto aqui estudado, considera-se fundamental registrar a compreensão de que o caso brasileiro – e também no cenário maior da América Latina – encontra entre os desafios para a legitimação e sustentabilidade de suas atividades, a exemplo

da jornalística e até mesmo para a sua integração ao ambiente mediático sociodigital, complexos impasses como a “herança” das suas *condições de origem*.

Tais condições foram marcadas pela influência de um viés educativo e cultural que predominou nas primeiras experiências de comunicação de massa, por meio do rádio, as quais estiveram inicialmente atreladas, na verdade, a uma visão que buscava o desenvolvimentismo (MELO, 2009) econômico e sociocultural do país, a partir, por exemplo: da busca pela erradicação do analfabetismo, sobre a qual é possível destacar, na década de 1970, a criação do Serviço Educativo de Rádio (SER), no qual se desenvolveram projetos como o Minerva, de educação formal e não formal de caráter instrucional; da procura pela superação das longas distâncias, uma vez que a circulação de mensagens e de informações dependia, à época, de meios transportes que trafegavam nas precárias estradas do país e o rádio eliminou estas distâncias com a sua comunicação imediata, em tempo real (MOREIRA, 2003); da ideia de promover uma integração nacional; e da controversa propagação de ideologias, como a da ditadura militar, por exemplo.

Mas tudo isso se deu a partir da transmissão de um tipo de conteúdo que, apesar de educativo e cultural e de cumprir alguma função social, era geralmente pensado e produzido de maneira elitista e erudita (BIANCO; PINHEIRO, 2017), uma prática fomentada pelo Estado/Governo, detentor das formas de concessão, regrador do modelo de gestão e controlador dos tipos de conteúdo veiculados naquela época de pioneirismos e “primeirismos” do rádio, quando este meio já sofria, portanto, os impactos de não poder se expandir, como precisava e podia – a partir de uma programação que deveria primar por conteúdos de linguagem mais acessível, capazes de dialogar de maneira mais próxima, ativa e dinâmica com os(as) cidadãos(ãs) das mais diversas classes sociais e faixas etárias,

Elton Bruno **PINHEIRO**

contando com estes na sua práxis – e de, portanto, de não se propagar/fazer circular seus conteúdos mais facilmente em diferentes espaços.

O presente estudo também considera que impactam e desafiam as práticas comunicacionais do Serviço de Radiodifusão Sonora Pública brasileiro, especialmente as jornalísticas e, por conseguinte, a considerável possibilidade de emissoras públicas garantirem sua necessária e urgente legitimação social e sustentabilidade, questões como:

- **O fenômeno da estatização das emissoras de rádio do país**, como foi o caso pioneiro da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (hoje Rádio MEC ligada à EBC), doada por Roquette-Pinto, em 1936, ao então Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), e da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que passou de comercial à estatal em 1940. Vale salientar que as emissoras estatais no Brasil têm uma trajetória marcada pela ausência de independência editorial e financeira.

- **As peculiaridades da cultura organizacional “da estabilidade”** que, em alguma medida, paira no âmbito do serviço/funcionalismo público brasileiro e que, conseqüentemente, foram absorvidas pelos profissionais das primeiras rádios sob direção estatal e seguem enraizadas nos modos de fazer comunicação de muitas daquelas que hoje são chamadas de emissoras públicas;

- **O surgimento e atuação das emissoras universitárias** – marcado, em 1957, pela inauguração oficial da Rádio da UFRGS e, em 1965, pela outorga da Rádio da UFG já sob a nomenclatura oficial de canal educativo (ZUCULOTO, 2012) –, sobretudo pela influência do tipo de programação veiculada por este segmento, o qual prioriza a produção de conteúdos com características educativas, acadêmico-científicos e culturais;

- **O surgimento, em 1936, das rádios estaduais**, ou seja, daquelas emissoras nas quais o Estado passaria a atuar não apenas como

regulador, mas como gestor. Por exemplo: a) a Rádio Cultura AM de São Paulo (atual Cultura Brasil), criada em 1936 (ainda como emissora comercial), encampada pelo Estado em 1969 e denominada pública quando vinculada à Fundação Padre Anchieta (FPA), bem como a Rádio Cultura FM de São Paulo, fundada em 1971 já sob a superintendência da FPA; b) a Rádio FM Cultura 107.7, do Rio Grande do Sul, inaugurada em 1989 como emissora do Serviço Educativo de Radiodifusão, pertencente a então Fundação Rádio e Televisão Educativa instituída pela Lei n. 7.476, de 1980, a qual passou, em 1985, por meio da Lei nº 10.535, a ser denominada Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão, tendo buscado se aproximar da designação de emissora pública pela atuação do seu Conselho Curador.

**- Os interesses e retornos comerciais que, tão logo percebidos, encobriram o aspecto educativo** presente de maneira mais forte pelo menos durante os primeiros dez anos (1922-1932) de atuação das emissoras de rádio pioneiras no Brasil, as quais eram, a *priori*, denominadas como não-comerciais, sendo estas, portanto, logo em seguida, sobrepujadas pelo sistema de radiodifusão privado – instituído em 1932, quando, por meio do Decreto nº 21.111, o então Presidente Getúlio Vargas regulamentou a publicidade no rádio. Desde então, o sistema de radiodifusão privado-comercial é o que segue “legitimado” – ou, dito de outra forma, mais acessado e, de alguma forma, mais “próximo” de uma expressiva camada da população brasileira.

## **Ponderações compreensivas sobre o conceito de SRP**

O Serviço de Radiodifusão Pública (SRP), ainda embrionário<sup>4</sup> no Brasil, é aqui entendido como aquele que, de um modo geral, se

---

<sup>4</sup> Apesar das menções ao Serviço de Radiodifusão – sonora e de sons e imagens – estarem presentes no Artigo 6º da Lei nº. 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, somente em 1988, no Artigo nº 223 da Constituição Federal, o sistema público de radiodifusão aparece como aquele que, observado o princípio da complementaridade, deveria atuar de maneira diferenciada dos sistemas privado e estatal de comunicação. Contudo, só em abril de 2008, com o decreto e sanção da Lei nº 11.652, foram instituídos os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e constituída a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Elton Bruno **PINHEIRO**

conduz/deve ser conduzido de maneira democrática, transparente e autônoma em relação à sua gestão, modelo de financiamento, qualidade da programação e do processo de produção de seus conteúdos. Tais aspectos são reconhecidos pela Unesco, organização esta que fomenta e subsidia diversos estudos sobre a radiodifusão pública compreendendo-a como “o serviço que cumpre uma função insubstituível para que os cidadãos de um país possam se informar, se formar e se entreter independentemente dos interesses comerciais, estatais ou políticos” (UNESCO, 2001, p. 03. Tradução nossa)<sup>5</sup>. Nessa direção, trata-se de um Serviço que requer, indiscutivelmente, o fomento e a acolhida da participação engajada, colaborativa da sociedade, sobretudo de cidadãs(ões) em suas individualidades e articulações em redes, na sua estruturação e atuação.

O SRP tem sido estudado em distintas áreas do conhecimento e em diferentes partes do mundo. De modo bastante característico e paradigmático, dentre as experiências e/ou estudos na referida área/tema merecem destaque aqueles desenvolvidos no continente europeu, onde a noção de *Serviço Público*, em si, e as práticas de radiodifusão lá desenvolvidas têm, reconhecidamente, bases firmadas sob configurações políticas e socioculturais peculiares que as distinguem do modelo conhecido como *Serviço de Interesse Público* que é, por sua vez, uma experiência ligada à exploração de negócio de caráter privado, com financiamento publicitário, presente, por exemplo, no contexto do sistema de comunicação norte-americano. (SANTOS; SILVEIRA, 2007).

Na Europa, – ao contrário do modelo comercial norte-americano considerado, sobretudo pelos ingleses, como aquele que poderia colocar em

---

– ligação que por si só já denota determinado embaraço para a legitimidade do Serviço e naquela que deve ser a real função do SRP – atualmente ameaçados Medida Provisória nº 744 de setembro de 2016, convertida em Lei nº 13.147 de março de 2017 que, notadamente, põe em risco a missão e atuação do Serviço de Radiodifusão Pública no país.

<sup>5</sup> No original, em espanhol: “[...] el servicio público cumple una función insustituible para que los ciudadanos de un país puedan informarse, instruirse o entretenerse independientemente de los intereses comerciales, estatales o políticos.” (UNESCO, 2001, p. 03).

xeque a qualidade dos conteúdos veiculados devido ao financiamento baseado em anúncios advindos da iniciativa privada e que, em alguma medida, distanciava-se do papel educativo e cultural intrínsecos ao SRP –, os canais de comunicação que integram o serviço público de radiodifusão, sistema dominante em boa parte referido continente até a década de 1970 – quando se iniciou, em vários países, a abertura do mercado para instalação de emissoras comerciais – alcançaram e seguem possuindo um *status* de “fomentadores” e “extensões das atividades culturais e educativas” (SANTOS; SILVEIRA, 2007, p. 69), bem como são enxergados como instrumentos capazes de fortalecer laços sociais de pertencimento e de identidade. (WOLTON, 2006).

Além disso, o serviço de radiodifusão pública europeu tem sido foco de ações políticas que seguem buscando garantir a sua sustentabilidade e legitimidade social no referido continente, sobretudo diante das constantes, dinâmicas e, por vezes, desafiadoras transformações que o cenário mediático e a própria sociedade enfrentam em decorrência das reconfigurações proporcionadas pela tecnologia digital da informação e da comunicação, dos fenômenos que dela decorrem, como a convergência e as ações da conexão em rede e da aparição de novas plataformas digitais oferecidas por empresas como *Google, Apple e Netflix*.

No campo da sustentabilidade financeira<sup>6</sup>, apesar de enfrentar críticas de uma parcela da sociedade, a BBC, por exemplo, com apoio da

---

<sup>6</sup> É bem certo que, no contexto do brasileiro, o atual modelo de financiamento do SRP europeu (*licence fee*) ou mesmo a modificação que vem sendo articulada para o modelo *broadcasting levy* (imposto de radiodifusão) ou o *universal household levy* (imposto doméstico universal) pode ser, de certo modo, limitador, sendo o ideal, nesse caso, o incremento deste, “evitando a entrega total do modelo à iniciativa privada ou ao Estado sem, no entanto, desprezá-los” (LEALFILHO, 2003, *online*), tendo em vista que essa questão da sustentabilidade financeira se trata de um fator fundamental para o alcance/consolidação da independência/autonomia dos canais públicos do Serviço de Radiodifusão Pública (MIOLA, 2008). Assim, vale reiterar a defesa por estratégias múltiplas e mais diversificadas nesse âmbito, por exemplo, (alguns do mais citados na literatura da área) a, cobrança de taxas de uso do espectro, contribuições voluntárias, comercialização de produtos/conteúdos (por exemplo, para o âmbito internacional latino-americano ou mesmo para os países de língua portuguesa, isso acontece no caso da BBC), recursos provenientes do Estado – pois sua política cultural não pode excluir a radiodifusão, como defendeu Leal Filho (2003) –, apoios culturais, deduções fiscais, taxação sob grandes consumidores de energia elétrica etc.. (BLUMLER,

Elton Bruno **PINHEIRO**

Comissão Parlamentar de Cultura, Mídia e Desporto, articula desde 2015, o final da taxa denomina *licence fee* – taxa anual paga pelos cidadãos que possuem aparelhos de televisão e rádio, cujo o objetivo é permitir que os serviços da BBC permaneçam livre de anúncios e independentes do interesse político) – para substituí-la ou pelo estilo alemão de taxaçoão denominado *broadcasting levy* (imposto de radiodifusão) ou pelo que a referida Comissão denominou de *universal household levy* (imposto doméstico universal), sendo ambos os novos modelos caracterizados pela arrecadação em todas as famílias, mesmo aquelas que não tem aparelhos de rádio ou televisão e acessam os conteúdos *on-demand* produzidos por meio de plataformas como o *BBC iPlayer* (ambiente de conteúdos digitais da BBC). A referida mudança visa exatamente garantir a sustentabilidade financeira e capacidade de concorrência/atuação da empresa britânica no contemporâneo ambiente digital da convergência da conexão em rede.

Nessa mesma direção, e buscando manter a legitimidade social do SRP, na Europa, o Parlamento Europeu instituiu, no dia 25 de novembro de 2010, a *Resolução sobre o serviço público de radiodifusão na era digital: o futuro do duplo sistema (2010/2028(INI))*<sup>7</sup>. Trata-se de um documento que se refere aos balizamentos de uma ação política com vistas ao desenvolvimento do sistema público de comunicação em plenas condições de atuação e de concorrência justa com a mídia de caráter privado-comercial<sup>8</sup> e que, apesar do diferente contexto em que se insere o SRP brasileiro, apresentou luzes, ou seja, importante contribuição para o desenvolvimento dessa pesquisa.

---

1993) (DALLARI, 1998) (LEAL FILHO, 2003) (MIOLA, 2008). Mas a sustentabilidade é mais abordada aqui em sua dimensão "social" (Cf. GUMUNCIO-DAGRON, 2006).

<sup>7</sup>Documento disponível em: <<https://bit.ly/2TG2k3i>> . Acesso em: 20 abr. 2020.

<sup>8</sup> Além da referida Resolução do Parlamento Europeu, outros documentos e/ou estudos de âmbito internacional podem ser balizadores para se pensar em ações para a (re)configuração / integração do Serviço de Radiodifusão Pública no Brasil no ambiente midiático digital. É o caso daqueles elaborados ou editados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.



Ressalte-se que as bases de elaboração da referida Resolução são relevantes e numerosas: exatamente dezessete documentos<sup>9</sup> fundamentam tal dispositivo legal e denotam a abrangência e os níveis mais desenvolvidos das discussões sobre o Serviço de Radiodifusão Pública na Europa, fato perceptível, principalmente, pelas origens de suas fontes, que são diversos e importantes *locus* de debates públicos<sup>10</sup>. Destaque-se, igualmente, a amplitude das considerações preambulares da referida Resolução do Parlamento Europeu para, em seguida, entre outros relevantes objetivos, reafirmar “a necessidade de manter um serviço público de radiodifusão independente, forte e vibrante, *adaptando-o simultaneamente às exigências da era digital*, e insistir em que sejam adotadas medidas concretas para atingir esse objetivo”. (PARLAMENTO EUROPEU, 2010, p. 04).

Neste sentido, entende-se aqui que o modelo de atuação do Serviço de Radiodifusão Pública na Europa, ainda que sejam consideradas as questões claramente históricas e/ou culturais que o permeia, é, de fato, paradigmático e, portanto, apresenta luzes para a realidade do SRP brasileiro – denominação que só passou a existir com a instituição da Lei 11.652 de 07 de abril em 2007 (Lei da EBC), pois até 70 anos antes desta data o que existia no Brasil era o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) (ainda vigente), incluído na Lei nº 378 de 1937 (Artigo nº 50<sup>11</sup>) e regulamentado pela Portaria nº 651, de 15 de

---

<sup>9</sup> Entre eles, entre eles: a Resolução de 19 de Setembro de 1996 do referido Parlamento sobre o papel do serviço público de “radiotelevsão” numa sociedade “multimédia”; a Resolução de 25 de Setembro de 2008 sobre a concentração e o pluralismo dos meios de comunicação social na União Europeia; a Resolução de 16 de Dezembro de 2008 sobre a “literacia mediática” no mundo digital; a Comunicação da Comissão, de 2 de Julho de 2009, relativa à aplicação das regras em matéria de auxílios estatais ao serviço público de radiodifusão; a Recomendação n.º CM/Rec(2007)3, de 31 de Janeiro de 2007, do Comité de Ministros aos Estados-Membros do Conselho da Europa sobre a missão dos meios de comunicação de serviço público na sociedade da informação, entre outros.

<sup>10</sup> Como por exemplo, a Comissão sobre o pluralismo dos meios de comunicação nos Estados-Membros da União Europeia; o Comité de Ministros aos Estados membros do Conselho da Europa; Conselho e representantes dos governos dos Estados-Membros; a Comissão da Cultura e da Educação, entre outros.

<sup>11</sup> O referido Artigo nº 50 da Lei nº 378 de 1937, expressava: “Fica instituído o Serviço de Radiodifusão Educativa, destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas de carácter educativo. Parágrafo único. Uma vez organizado o Serviço de Radiodifusão Educativa, ficam as estações radiodifusoras, que funcionem em todo o País, obrigadas a transmitir, em cada dia, durante dez minutos, no mínimo, seguidos ou parcelados, textos educativos, elaborados pelo Ministério da Educação e Saúde,

Elton Bruno **PINHEIRO**

abril de 1999<sup>12</sup> – justamente porque esse modelo europeu atua levando em consideração, entre outros fatos relevantes: a) o de que, numa sociedade democrática, a participação dos cidadãos no debate público e o acesso à informação no mundo digital dependem da existência de meios de comunicação vibrantes e competitivos; b) que os meios de comunicação do serviço de radiodifusão pública têm um papel primaz na promoção e na utilização dos desenvolvimentos técnicos para disponibilizar o seu conteúdo ao público através de estratégias de produção e de circulação de conteúdos inovadoras; e c) que a expansão das novas tecnologias mudou a forma como os cidadãos acedem aos meios de comunicação e à informação. (PARLAMENTO EUROPEU, 2010).

Observar tal contexto europeu não é, portanto, apontar utopias para o caso brasileiro, mas sim um exercício que busca, a partir das luzes que são lançadas, por um exemplo mais maduro, consolidado e reconhecido, elucidar e enfatizar o que significa/representa, de fato, o Serviço de Radiodifusão Pública para uma sociedade democrática e, ao mesmo tempo, sinalizar o que pode ser ocasionado ao SRP brasileiro, especialmente às suas práticas jornalísticas – nesse contexto da sua necessária legitimação e sustentabilidade social – a partir da atuação planejada e articulada dos seus meios de comunicação, de maneira específica das suas rádios, o que pode se dar, por exemplo, a partir da adoção de ações possibilitadas por fenômenos que emergem e/ou ganham mais força no ambiente digital, como é caso da convergência e da conexão em rede.

Além do contexto europeu, o contexto latino americano, por sua vez, certamente influencia, lança pistas e também colabora para uma compreensão

---

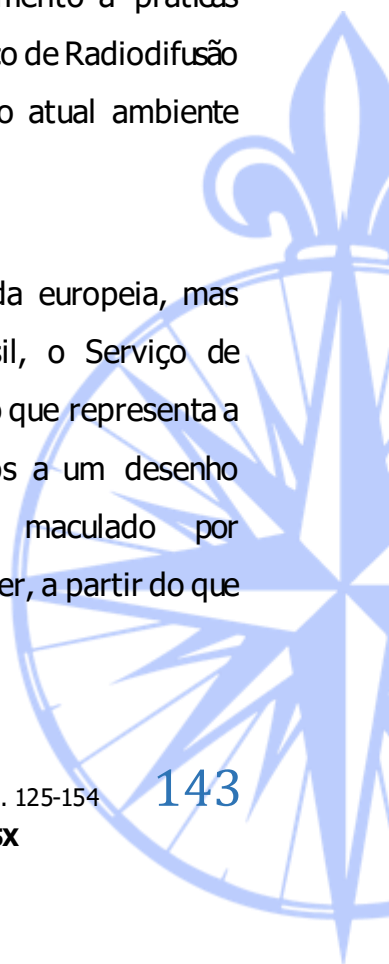
sendo pelo menos metade do tempo de irradiação noturna.” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 15 janeiro 1937, p. 1210 *apud* MOREIRA, 2015, p. 03).

<sup>12</sup> Ainda no contexto do Serviço de Radiodifusão Educativa é preciso ressaltar a criação, em 1983, do Sistema Nacional de Rádio Educativo (SINRED), instituído pela Portaria 344 do Ministério da Educação e Cultura, “buscando reunir as rádios e as televisões educativas em um único sistema” (ZUCULOTO, 2012, p. 259), mas extinto em 1988.

mais apurada acerca da situação, limites e desafios que se apresentam atualmente ao SRP brasileiro. Tomando como exemplos o Equador, a Argentina e o Uruguai, estes países deram, na última década, alguns passos importantes nos marcos regulatórios que balizam seus Serviços de Radiodifusão Pública, trazendo, em alguma medida, melhorias para tal segmento em relação à sua legitimidade social em seus respectivos espaços, por exemplo: a) estabeleceram novas formas de gestão com *participação social* em emissoras públicas até então sob comando exclusivamente governamental/estatal; b) abriram oportunidade para *alterar o modelo de financiamento* centrado em recursos do governo; c) permitiram a redistribuição do espectro radioelétrico estabelecendo o *equilíbrio na ocupação de canais* entre públicas, estatais, comunitárias e privadas; d) *transformaram antigas emissoras estatais em empresas públicas*; e) favoreceram a *criação de novos canais* nacionais e transnacionais; e f) criaram *mecanismos de fomento à produção cultural e retomada da produção independente* audiovisual (BIANCO; ESCH; MOREIRA, 2013), entretanto, ainda permanecem como exemplos de experiências que precisam aprimorar o fomento à práticas independentes de jornalismo e na inserção do Serviço Público de Radiodifusão no ambiente digital, sob pena de não se sustentarem no atual ambiente mediático.

## **Tensionamentos sobre o SRP brasileiro**

Na contramão destas duas realidades, sobretudo da europeia, mas também dos citados países latino-americanos, no Brasil, o Serviço de Radiodifusão Pública tem à sua frente, para além do desafio que representa a sua relativa jovialidade, complexos impasses relacionados a um desenho regulatório ainda incipiente, o qual, já estando maculado por questões/injunções político-partidárias históricas, passou a ter, a partir do que



Elton Bruno **PINHEIRO**

assinala a alteração da Lei 11.652<sup>13</sup>, adotada pelo Governo de Michel Temer, lacunas ainda mais acentuadas em relação ao que de fato é um Serviço de Radiodifusão Pública (sua missão, princípios e objetivos).

A alteração na chamada Lei da EBC simbolizou um demasiado retrocesso para própria democracia no país, sem dúvidas, já impacta em questões fundamentais a legitimidade social do SRP brasileiro e mais ainda para a sua sustentabilidade na atual ecologia mediática, indubitavelmente permeada pelos desafios das constantes mutações tecnológicas.

Em linhas gerais, as lacunas advindas das mudanças na Lei nº 11.652 aludem a questões como: o cerceamento da autonomia no modelo de gestão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – responsável, entre outras tarefas, por zelar pelos princípios e objetivos estabelecidos na mencionada lei – no qual é imprescindível a participação da sociedade por meio, sobretudo, da atuação dos Conselhos Curadores, extinto pela Lei 11.347, como órgãos consultivos e deliberativos que estruturam democraticamente a gestão do SRP; e ao ataque à independência editorial no processo de produção de conteúdos e na montagem da programação, nos quais também é mister o fomento à participação cidadã pelo próprio caráter público do Serviço.

Além destas questões, a Lei nº 11.652, que instituiu os princípios e objetivos do Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro, segue, de modo geral, sem apresentar – ao contrário do acontece paradigmaticamente no SRP europeu – matéria específica que fomente e subsidie o processo de

---

<sup>13</sup> A Medida Provisória nº 744/2016, convertida na Lei nº 13.471, extinguiu o Conselho Curador da EBC, órgão de natureza consultiva e deliberativa que se constitui como um instrumento de participação da sociedade na gestão de tais espaços de radiodifusão pública; modifica as condições de mandato do diretor-presidente, o qual antes da MP só poderia ser destituído do cargo por dois votos de desconfiança do Conselho Curador. Com a MP o mandato do(a) presidente(a) fica exclusivamente subordinado às nomeações e exonerações da Presidência da República; exclui o artigo que aponta a autonomia da EBC em relação ao Governo Federal para questões de produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; modifica o Conselho de Administração, acrescentando mais representantes do governo (Ministérios da Educação; da Cultura; do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações).

(re)configuração<sup>14</sup> do Serviço, de modo particular, de suas rádios, frente às constantes mutações tecnológicas e à dinâmica dos cenários mediático e sociocultural do país, assim como detecta-se que nenhuma outra normativa foi criada com tal finalidade no país. Tampouco tal dispositivo legal apresenta diretrizes específicas sobre o jornalismo.

Há, contudo, dispositivos da referida Lei que, em alguma medida, aludem a determinadas necessidades/obrigações do SRP brasileiro, as quais são, no entendimento deste estudo, inviáveis em termos de execução sem um apurado processo de (incentivo/fomento à) integração do serviço no ambiente mediático digital.

É o que se percebe, por exemplo, quando, ao apontar os princípios da radiodifusão, a Lei nº. 11.652, em seu artigo 2º, inciso II, preceitua a necessidade de “promoção do acesso à informação por meio da *pluralidade de fontes de produção e distribuição* do conteúdo”. Também ao definir os objetivos do serviço de radiodifusão pública, o seu artigo 3º, inciso VI, a lei assinala que é preciso “buscar excelência em conteúdos e linguagens e *desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação* e formação de talentos; o inciso VII do mesmo artigo apregoa a obrigação do Serviço em “direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, *sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores*”; já o inciso IX deste artigo 3º indica que o serviço público de radiodifusão também objetiva “estimular a produção e garantir a veiculação, *inclusive na rede mundial de computadores*, de conteúdos interativos, especialmente aqueles

---

<sup>14</sup> Este estudo utiliza o termo *reconfiguração* corroborando o que articula André Lemos (2005) a respeito das transformações que ocorrem no campo da comunicação, nos formatos midiáticos e nas práticas sociais frente às implicações do fenômeno da digitalização da informação e dos impactos da cultura do ciberespaço. Disponível em: <https://bit.ly/2C8eOGB>. Acesso em: 15 abr. 2020.

voltados para a universalização da prestação de serviços públicos”. (BRASIL, 2008).

É importante frisar como esses princípios e objetivos previstos em Lei têm sido mal compreendidos, observados de modo limitado, de maneira secundária ou subestimados no âmbito do SRP Brasileiro, mesmo nestes tempos de primazia da informação digital (TAVARES, 2009) e convergente, o que pode ser notado quando se trata do caso específico das “emissoras” públicas de rádios, para as quais pouco se tem planejado em relação às práticas jornalísticas e à própria necessidade de integração no ambiente tecnológico hodierno, conforme se pode observar em análise realizada em Planos de Trabalho e Relatórios de Gestão tanto da EBC quanto das Fundações Padre Anchieta e Piratini.

Aliás, o próprio conceito de “emissora” é, para este estudo, questionável dentro da lógica das tecnologias contemporâneas, por meio das quais os(as) cidadãos(ãs) passam a ter oportunidades de acesso, de fato, mais democráticas para participar ativa e colaborativamente nos modos de fazer do campo da comunicação que lhe pertence por excelência – o público –, produzindo, compartilhando, remixando e/ou fazendo circular o conteúdo de maneira ampla e efetiva. Assim, tanto de modo geral quanto tendo em conta a própria programação jornalística, pensar as rádios públicas como meras “emissoras<sup>15</sup>” é, de fato, algo inquietante na era da convergência, da cultura da participação, da inteligência coletiva e da conexão em rede.

Nota-se que diante da atual conjuntura que o Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro enfrenta pelas constantes ameaças político-governamentais para a extinção ou redução do papel da Empresa Brasil de Comunicação – o que certamente repercute em todo o SRP do país, como observado no caso da emissora de rádio (e de TV) da Fundação Piratini, no Rio Grande do Sul – se

---

<sup>15</sup> O termo “emissoras” é retomado ao longo do presente trabalho, mas compreende-se a importância de uma leitura das rádios públicas do país não apenas como “difusoras” de conteúdos, mas como propagadoras de uma programação que precisa ser universalizada, plural, diversa e independente.

tem ouvido de alguns especialistas e de agentes de movimentos sociais, acadêmicos e científicos<sup>16</sup>, em defesa de tal Serviço, de modo geral, mas ainda pouco, ou quase nada, se tem percebido em relação à reação dos “cidadãos comuns”, sobretudo dos mais jovens brasileiros, a tal ameaça, o que se deve, em alguma medida, ao desconhecimento que estes têm sobre a natureza e importância de um serviço público de comunicação ou ao acesso ainda limitado ou pouco atrativo aos seus meios.

Este último fato pode, inclusive, no entendimento dessa pesquisa, ser associado tanto às lacunas e injunções que atingem, em grande medida, a programação jornalística das rádios públicas quanto ao distanciamento, ou à tímida presença dessas emissoras em “ambientes mediáticos sociodigitais” – como *sites*, aplicativos e redes de comunicação *online* (PINHEIRO, 2019) –, os quais podem, em considerável medida, diversificar/dinamizar os modos de acesso aos seus conteúdos, bem como reinventar a relação, ou seja, as formas de participação e de colaboração de cidadãos(ãs) neste processo, tornando-as mais ativas e engajadas.

Diante desse cenário, que sinaliza que o serviço de radiodifusão pública precisa ser compreendido como “um campo de debate permanente” (PAULINO; GUAZINA; OLIVEIRA, 2016, p. 55), esta pesquisa põe, de fato, especial ênfase na necessidade de se compreender como a integração do referido Serviço, de modo específico, da atuação das suas rádios no ambiente digital contemporâneo – marcado por fenômenos como a convergência e a conexão em rede – pode contribuir para a legitimação e sustentabilidade social, ou seja, para a consolidação e valorização do SRP no cenário mediático e

---

<sup>16</sup> Diversas entidades acadêmico-científicas nacionais e internacionais, como a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), a Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC); Universidades brasileiras e estrangeiras; Entidades de Classe; Coletivos e Frentes de Defesa da Comunicação; e o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional expressaram, por meio de notas públicas oficiais, o repúdio a MP nº 744, de 1º de Setembro de 2016 e a Lei nº 13.417, que foi, à época, sancionada pelo Governo de Michel Temer, tendo sido recorrente em todos os textos a menção ao grave prejuízo causado por estes dispositivos ao Serviço de Radiodifusão Pública e à democracia do país.

Elton Bruno **PINHEIRO**

perante à sociedade que, em alguma medida, ainda repele esta esfera da comunicação por razões como a associação que faz entre ela e tudo aquilo que é designado como público, no sentido de considera-la atrelada às ações político-partidárias e/ou governamentais/estatais (BIANCO; ESCH; MOREIRA, 2013), bem como pela sua atuação verticalizada, ou seja, sem a devida aproximação, participação, colaboração, envolvimento, engajamento ativo dos cidadãos em esferas como a gestão e a criação/produção e a propagação/circulação de conteúdos.

Contudo, sobre a capacidade que têm as tecnologias contemporâneas em contribuir no processo de (re)configuração do Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro, especialmente em suas práticas jornalísticas, corrobora-se o pensamento de Melo, quando este abaliza que:

[...] a tecnologia introduzida em uma estrutura social dada constitui (...) um elemento *exógeno*; e sua aceitação e permanência dependerão, sobretudo, dos *fatores preexistentes*, dos *conflitos* eventualmente acarretados e do grau de *desorganização* e *reorganização social* que naturalmente estão implícitos no fluxo de transformações. (Grifos no original). (MELO, 2009, p. 35-36. Tradução nossa.)<sup>17</sup>.

A análise e busca pela compreensão do SRP brasileiro, sobre a qual se debruça esse trabalho, portanto, não desconsidera os impasses que se apresentam a este diante do atual cenário de instabilidades instaurado pela situação política em que se encontra o Brasil nesta segunda década do século XXI, por exemplo, nem os entraves advindos das peculiares condições de origem de tal serviço, tampouco esquivam-se da compreensão de que as tecnologias e a dinâmica das suas transformações acontecem constantemente.

Acredita-se e defende-se que, neste contexto de instabilidades e fluidez tecnológica, a abordagem teórico-metodológica do presente estudo

---

<sup>17</sup> No original, em espanhol: “[...] la tecnología introducida en una estructura social dada constituye siempre un elemento *exógena*; y su aceptación y permanencia dependerán sobre todo de los factores estructurales *preexistentes*, de *los conflictos* eventualmente acarreados y del grado de *desorganización* y *reorganización social* que naturalmente están implícitos em el fujo de cambio.” (MELO, 2009, p. 35-36. Grifos no original).



adotada também em prol da compreensão analítica sobre os aspectos que tensionam o radiojornalismo público brasileiro na contemporaneidade ganha relevância ainda maior, tendo em vista a oportuna possibilidade de, em um momento delicado e extremamente importante, “des(en)cobrir” (SILVA, 2010), ou seja, contribuir para trazer à luz algumas respostas a um problema de pesquisa que, de fato, está encoberto por questões múltiplas e pontuais, aqui cotejadas, mas que devem continuar sendo analiticamente e compreensivamente refletidas em outros estudos da área.

### **Algumas considerações**

O radiojornalismo público brasileiro, na contemporaneidade, é tensionado, em considerável medida, pelas condições de origem – aspectos históricos, sociopolíticos e culturais – do Serviço de Radiodifusão Pública do país. A percepção dessa gênese do SRP, a partir de uma abordagem metodológica “compreensiva”, que apresenta o “comportamento humano” / a “ação social” (WEBER, 2014; 2012; 1995) como condicionante – e não como determinante – do presente e do futuro do Serviço permite um entendimento ainda mais amplo a respeito da importância que o segmento público da radiodifusão possui no contexto do próprio direito à informação e desta enquanto instrumento mobilizador de práticas de cidadania e de valorização da democracia, assim como propicia a elucidação dos desafios que se impõem ao desenvolvimento de um jornalismo independente, universal, plural e diferenciado (UNESCO, 2001).

Considera-se que a compreensão dessas condições de origem tem papel fundamental na (re)configuração de determinadas práticas do jornalismo público e do fazer radiofônico nesse segmento como um todo. Ademais, a abordagem empreendida nesse estudo vai além, no sentido de também pontuar o quanto essas condições de origem explicam o próprio

Elton Bruno **PINHEIRO**

desafio do SRP para se integrar e se adaptar ao ambiente tecnológico digital contemporâneo, onde o jornalismo público também precisa atuar.

O caminho percorrido pelo SRP brasileiro em seu processo de surgimento e estabelecimento é, de fato, complexo. Historicamente, diferentes “ações humanas” (WEBER, *idem*) nos campos político-partidário, político-econômico, sociocultural e tecnológico-mediático conformaram o Serviço de Radiodifusão Pública hoje vigente no Brasil. As rádios públicas, de modo bastante peculiar, têm sido obliteradas no que se refere à processualidade de políticas públicas para o setor, por outro lado, contam com uma audiência ainda fiel, mas que pode diminuir diante do aparecimento de novos *players* na cultura mediática.

Nesse sentido, o radiojornalismo público – aliado às programações educativas e de entretenimento – precisa ser entendido por profissionais, pesquisadores e gestores da área desse segmento da radiodifusão como um carro-chefe, levando em consideração o expressivo número de cidadãos(ãos) que afirmam relacionar-se com o meio radiofônico sobretudo para se informar (BRASIL, 2015; 2016) e a capacidade de reinvenção do meio, especialmente a partir das plataformas que se apresentam na contemporaneidade como ambientes mediáticos sociodigitais nos quais a conexão/interação com ouvintes-leitores, imprescindível ao meio e ao segmento público, pode se apresentar mais próxima e fluída.

O radiojornalismo público configura-se, assim, como instrumento e prática social imprescindível ao necessário processo de legitimação e sustentabilidade social do SRP brasileiro. Para tanto, não pode se distanciar de um cenário onde diferentes lógicas culturais e práticas mediáticas vêm se impondo por meio de fenômenos como a convergência e a conexão em rede, devendo encarar tal desafio com o conhecimento a respeito das condições de origem do próprio serviço, aqui elucidadas.

E, ao refletir analiticamente sobre essas condições de origem da radiodifusão no Brasil, esse trabalho também identifica o tipo e quem são os atores (a serem) envolvidos neste processo de (re)configuração do Serviço e quais são os elementos, aspectos e eventos responsáveis pelas diversas variáveis que influenciam o encaminhamento de decisões no âmbito do SRP brasileiro, incluindo, é claro, as práticas jornalísticas.

De modo particular, esse estudo buscou, por meio do método compreensivo weberiano, evitar a reprodução de visões já recorrentes nos estudos do e sobre o Serviço de Radiodifusão Pública brasileiro no amplo campo das Políticas de Comunicação (principalmente a da dialética histórico-estrutural). Destarte, espera-se que a elucidação dessa abordagem metodológica compreensiva, com foco nas condições de origem do nosso SRP e de breves relatos de experiências sobre este no exterior (Europa e América Latina) contribua, em alguma medida, como alternativa teórico-metodológica para o desenvolvimento de novas práticas de (radio)jornalismo público no Brasil e demais pesquisas sobre o tema.

## **Referências**

- ABREU, João Batista de. Nas ondas da fé. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004, Florianópolis. **Anais** [...]. Disponível em: <<https://bit.ly/2tSgPSL>>. Acesso em 25 abr. 2020.
- BIANCO, Nelia Rodrigues Del; ESCH, Carlos Eduardo; MOREIRA, Sônia Virgínia. Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina. **Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho), v. 1, p. 67-86, 2013.
- BIANCO, Nelia Rodrigues Del; ESCH, Carlos Eduardo. Condições de Adaptação do Rádio Brasileiro à Tecnologia de Difusão Digital. **CONEXÃO** (UCS), v. 09, p. 159-174, 2010.
- BIANCO, Nelia Rodrigues Del; PINHEIRO, Elton Bruno. Tensionamentos do viés educativo na origem e atuação do serviço de radiodifusão público brasileiro. *In*: BIANCO, Nelia R. Del Bianco; FERRARETTO, Luiz Artur, KLOCKER, Luciano. **80 anos das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro**. São Paulo: Intercom, 2017.
- BLUMLER, Jay. Meshing Money with mission: Purity Versus Pragmatism in Public Broadcasting. **European Journal of Communication**, n.8, 1993.

- BRAGA, José Luiz. Para começar um projeto de pesquisa. **Comunicação & Educação**, v. 10, n. 3, p. 288-296, 2005.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo [...]. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 7 de abril de 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967**. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962.
- BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso**. A Comunicação Pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em rede**: filtros, vitrines, notícias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- DALLARI, Adilson Abreu. Cobrança de taxa para custeio da TV Educativa. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: 1998.
- EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Manual de jornalismo da EBC**. Brasília, 2013.
- ESCH, Carlos Eduardo; BIANCO, Nelia R. Del. Rádio digital no Brasil: análise de um debate inacabado. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**. Brasília: LapCom, 2012.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "Estado da Arte". In: **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n. 79, agosto, 2002.
- FIDLER, Roger. **Mediamorphosis** – Understanding New Media. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1997.
- GUMUNCIO-DAGRON, Alfonso. Sustentabilidad de los CMC. Parte 1. In: HUGHES, Stella; EASHWAR, Sucharita; JENNINGS, Venus Easwaran. **Cómo comenzar y continuar**: una guía para los Centros Multimedia Comunitarios. Uruguay, UNESCO, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2XMaHJs>>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- LEAL FILHO, Laurindo Lalo. Por uma rede nacional de TV pública. **Observatório da Imprensa**. 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2HokpFH>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

- MELO, José Marques de. **Pensamiento comunicacional latinoamericano**. Entre el saber y el poder. Sevilla: Comunicación Social, 2009.
- MIOLA, Edna. **Em busca do caráter público da radiodifusão**: uma proposta de tipologia de análise de emissoras públicas de televisão. Colóquio Internacional Televisão e Realidade. UFBA, 2008.
- MOREIRA, Sônia Virgínia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. Rádio Educativo brasileiro: fragmentos históricos. In: PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **O Rádio Educativo no Brasil**. Secretaria Especial de Comunicação Social. Cadernos da Comunicação. Série Memória. – V. 6, 2003.
- MOREIRA, Sônia Virginia. Emissoras educativas X sistema público brasileiro de radiodifusão – o caso da Rádio MEC do Rio de Janeiro (1936-2015). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38 e COLÓQUIO BRASIL-ARGENTINA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 5. **Anais** [...] Rio de Janeiro, set. 2015.
- PAULINO, Fernando Oliveira; GUAZINA, Liziane; OLIVEIRA, Madalena. Serviço público de mídia e comunicação pública: conceito, contextos e experiências. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 55, 2016.
- PARLAMENTO EUROPEU 2010/2028(INI). **O serviço público de radiodifusão na era digital: o futuro do duplo sistema**. 25 nov. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2ttRf6k>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- PINHEIRO, Elton Bruno. Radiodifusão sonora pública do Brasil: o processo de conformação do serviço e os desafios de sua integração no ambiente digital. 2019. 545 f., il. **Tese** (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- PINHEIRO, Elton Bruno. Rádios públicas no Brasil: reflexões sobre suas condições de origem, cenário contemporâneo e desafios. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, 2016.
- PINHEIRO, Elton Bruno. Thinking public communication latin american in the context of culture connection: opportunities and challenges. **Revista Geminis**, São Carlos, ano 7, n. 1, 2016.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. Ed. São Paulo: Global, 2015.
- SANTOS, Suzy.; SILVEIRA, Érico da. Serviço Público e Interesse Público nas Comunicações. In: RAMOS, Murilo; SANTOS, Suzy. **Políticas de Comunicação**. Buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.
- SARAVIA, Enrique. O conceito de Política Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas**; coletânea. Brasília: ENAP, 2006.
- SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer**: Como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

TAVARES, Olga. Tecnologia e mídia radiofônica: mudança de paradigma à vista. In: NUNES, Pedro. (Org.) **Mídia Digitais & Interatividade**. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

UNESCO. **La Radio y Televisión Pública; ¿Por qué? ¿Cómo?** Montreal: UNESCO - Consejo Mundial de Radio y Televisión, 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/2JNKxSw>>. Acesso em: 05 abri. 2020.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. Tradução: Augustin Wernet. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Ática, 2006.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

